



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

FERNANDO JÚNIOR ADÃO ANTÓNIO

**O SISTEMA EDUCACIONAL ANGOLANO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA
EDUCAÇÃO BÁSICA NO PÓS-GUERRA CIVIL 2002-2017**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2021

FERNANDO JÚNIOR ADÃO ANTÓNIO

**O SISTEMA EDUCACIONAL ANGOLANO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA
EDUCAÇÃO BÁSICA NO PÓS-GUERRA CIVIL 2002-2017**

Trabalho de conclusão de curso submetido à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para a obtenção do título do grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Matheus Benedicto.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2021

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

A64s

António, Fernando Júnior Adão.

O sistema educacional angolano : uma análise a partir da educação básica no pós-guerra civil 2002-2017 / Fernando Júnior Adão António. - 2021.
35 f.

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês,
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2021.
Orientador: Prof. Dr. Ricardo Matheus Benedicto.

1. Angola - História - 2002-2017. 2. Educação básica - Angola - 2002-2017.
3. Educação e Estado - Angola. I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 370.91673

FERNANDO JÚNIOR ADÃO ANTÓNIO

**O SISTEMA EDUCACIONAL ANGOLANO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA
EDUCAÇÃO BÁSICA NO PÓS-GUERRA CIVIL 2002-2017**

Trabalho de conclusão de curso submetido à universidade da integração internacional da lusofonia afro-brasileira (Unilab), como requisito parcial para a obtenção do título do grau de Licenciado em Pedagogia.

Aprovado em: 25/08/2021.

BANCA EXAMINADORA

ORIENTADOR: Prof. Dr^o. Ricardo Matheus Benedicto

Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

TITULARES

Prof.^a Dr.^a. Andreia Cardoso Silveira

Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof.^a Dr.^a. Rutte Tavares C. Andrade

Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

RESUMO

A educação básica em Angola no pós-guerra civil ainda vem enfrentando diversos desafios, que muitas vezes impossibilitam determinados avanços. Em Angola a dificuldade ao acesso das crianças no sistema educacional tem aumentado a cada dia e o analfabetismo tem crescido de uma forma assustadora. Dado este cenário, o objetivo principal do nosso trabalho é compreender como se deu o processo de reestruturação do sistema educacional angolano pós-guerra civil. Assim sendo, estudaremos como está estruturado este sistema educacional; identificar as políticas públicas para educação; avaliar a qualidade de ensino na educação básica e, o processo de formação, inserção e atuação dos professores na educação básica no período posterior a guerra civil. No que diz respeito à metodologia, esse trabalho foi realizado com base a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica, que através da internet baixamos livros, teses, dissertações, artigos, sobre o tema que passaram por um processo de seleção, análise e interpretação.

Palavras-chave: Angola - História - 2002-2017. Educação básica - Angola - 2002-2017. Educação e Estado - Angola.

ABSTRACT

Angola's post-civil war basic education is still facing several challenges, which often make certain advances impossible. In Angola, the difficulty for children to access the educational system has increased every day and illiteracy has grown in a frightening way. Given this scenario, the main objective of our work is to understand how the process of restructuring the post-civil war Angolan educational system took place. Therefore, we will study how this educational system is structured; we will analyze public policies for education; the quality of teaching in basic education and the process of training, insertion and performance of teachers in basic education in the period after the civil war. With regard to methodology, this work was carried out based on documentary research and bibliographical research, which through the internet we downloaded books, theses, dissertations, articles on the subject that underwent a process of selection, analysis and interpretation.

Keywords: Angola - History - 2002-2017. Basic education - Angola - 2002-2017. Education and State - Angola.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	08
2. O SISTEMA EDUCACIONAL ANGOLANO.....	09
2.1 REFORMA NO SISTEMA EDUCACIONAL ANGOLANO.....	11
2.2 EDUCAÇÃO BÁSICA EM ANGOLA.....	12
2.3 POLITICAS PUBLICAS PARA EDUCAÇÃO DESENVOLVIDAS NO PÓS- GUERRA CIVIL.....	14
3. A QUALIDADE DE ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	17
3.1 FINANCIAMENTO NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	19
3.2 METODOLOGIA DE ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	23
3.3. O PROCESSO DE FORMAÇÃO, INSERÇÃO E ATUAÇÃO DOS PROFESSORES NA EDUCAÇÃO BÁSICA PÓSGUERRA CIVIL.....	26
4. AS DIFICULDAES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	30
4.1 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A SOCIEDADE.....	31
4.2 O PROFESSOR E AS SUAS ATIVIDADES	32
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERENCIAS.....	35

1. INTRODUÇÃO

A educação básica é um direito gratuito e compulsório, sobretudo para todas as crianças em idade escolar. Em Angola, o ensino primário é obrigatório e gratuito, contemplando os seis primeiros anos de escolaridade, ou seja, da 1^a à 6^a classe, abrangendo a faixa etária dos 6 anos 11/12 anos de idade. (FRANCISCO, 2013, P.78).

A educação em Angola é um tema que há algum tempo apresenta desafios e problemas durante as diferentes fases sociopolíticas e estruturais que Angola passou: o período colonial, o pós independência e o pós-guerra civil. Nossa pesquisa se direciona apenas sobre o período pós-guerra civil, a fim de identificarmos os reais desafios enfrentados nesse período e, tem como objetivo principal de Compreender como se deu o processo de reestruturação do sistema educacional angolano pós-guerra civil. Este trabalho também pretende identificar políticas públicas que foram levantadas e colocadas em propostas para educação básica pós-guerra civil; Avaliar a qualidade de ensino na educação básica pós-guerra civil e descrever como é dado o processo de formação, inserção e atuação dos docentes da educação básica pós-guerra civil.

Como angolano e alguém que vivenciou de perto as consequências desses problemas sobre a educação durante essa fase, a vontade de pesquisar surgiu desde 2015-2016 apenas com ensino médio concluído (técnico de informática), trabalhei como docente em um Colégio privado. Diante as minhas vivencias naquela instituição, me deparei com inúmeras dificuldades, tais como: um número muito elevado de analfabetismo entre os alunos (as) e a pouca capacitação dos docentes, no que concerne as práticas pedagogia que influenciavam negativamente o processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Na verdade, isso me chamou bastante atenção levando alguns questionamentos: Até que ponto o índice de analfabetismo que observei no Colégio se prolifera atingindo as crianças do ensino de base das outras instituições públicas ou privadas? Quantas crianças estão fora do sistema de ensino por causa da falta de atenção do governo? Essas e outras questões me levaram a refletir. Esse projeto surgiu primeiramente com o intuito de compreender até que ponto a Educação Básica em Angola pós-guerra civil vem caminhando e conseqüentemente analisar quais seus

avanços e retrocessos, a fim de criamos propostas para juntos lutarmos em prol do melhoramento da nossa educação de um modo geral.

Portanto, esse trabalho foi realizado com base a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica, que através da internet baixamos livros, teses, dissertações, artigos, sobre o tema que passaram por um processo de seleção, análise e interpretação.

2. SISTEMA EDUCACIONAL ANGOLANO

O sistema de educação é conjunto de estruturas e modalidades, através das quais se realiza a educação, tendentes à formação harmoniosa e integral do indivíduo, com vista à construção de uma sociedade livre, democrática, de paz e progresso social. (ANGOLA-LEI DE BASES, 2001, p. 2).

O sistema educacional angolano já passou por diferentes fases desde o período colonial até o período pós-guerra civil. Assim sendo, Neto (2005) apresentam-nos as seguintes fases no sistema de educação angolano:

- Primeira fase: A educação Jesuíta (1575-1759);
- Segunda fase: A educação Pombalina (1759-1792);
- Terceira fase: A educação Joanina (1792-1845);
- Quarta fase: A educação Falcão e Rebelo da Silva (1845-1926);
- Quinta fase: Salazarista (1926-1961);
- Os movimentos de Libertação Nacional (MPLA, UNITA, FNLA).

Segundo Neto (2005) o Sistema de educação e ensino construído pelo regime colonial português estava destinado fundamentalmente a preparar os quadros portugueses e de seus descendentes e, eventualmente, os cidadãos angolanos identidades com o regime político da colonização e seus respectivos descendentes. Esses manteriam o sistema de dominação vigente e a perpetuação da dependência de Angola a Portugal através da projetada confederação “Portugal e Províncias Ultramarinas de África”. (NETO, 2005, p. 192).

Assim sendo, Neto (2005), destaca que:

O grosso dos angolanos deveria continuar analfabeto, porque segundo ele, o estado tribal das populações lhes era favorável, dado que as tribos se preocupavam com os seus problemas, ou, quando muito, com

as rivalidades entre elas. E, assim, para Dilolwa, fica tudo claro. O objetivo estratégico era manter o domínio branco, ou seja, os brancos deveriam continuar eternamente a manter o controle de Estado, da administração e da economia. Os negros seriam formados ao léu e ser-lhes-iam colocados todos os obstáculos para dificultar o acesso ao ensino superior. Através da insignificância dos números, há que acrescentar que esse “esforço de educação” só foi a partir do começo da luta armada, pois até aí a situação era verdadeiramente trágica, tanto no que se refere à quantidade quanto à qualidade: “o ensino era colonialista, fascista, obscurantista, anti-nacional, contra-revolucionário e alienante”. (DILOLWA, 1978, P. 216 APUD NETO, 2005, p. 193).

Por outro lado, Neto (2005) acrescenta dizendo que “com a vitória da Revolução Angolana e do MPLA, em 1975, iniciaram-se as reformas do sistema geral de educação e ensino que, no entanto, não alcançaram o êxito desejado e programado, tendo-se enveredado pela contínua reformulação”. (Neto, 2005, p. 193).

Nguluve (2006), afirma que, em 1976 o Estado angolano projetou um novo desafio para o país, a necessidade de uma nova estrutura no sistema educacional, no qual se pretendia edificar uma nova cultura de paz e liberdade, tanto quanto a questão de que a educação deveria ser fundamental nos valores culturais angolanos.

Desta feita, Nguluve (2006) destaca ainda que, em 1986 realizou-se o primeiro diagnóstico no sistema educacional angolano devido o fracasso nas políticas implementadas pelo Estado angolano naquela época, que tinha como objetivo a igualdade, gratuidade e o fim do sistema de ensino colonial.

A organização e gestão do sistema de ensino apresentava-se de uma forma centralizada, suas estruturas estavam organizadas sob dependências vertical situação essa que limitava as iniciativas por parte das províncias das administrações locais para poderem desenvolver um sistema educacional adequado a cada província ou região dependendo da língua. (NGULUVE, 2006, p. 90).

Assim, o sistema educacional em Angola está sendo reformulado porque já não satisfaz as necessidades nacionais. A estratégia do governo preconiza resolver a situação através da adoção de vários programas com a Formação e Capacitação de Quadros, da Reforma Educativa, da Melhoria de Qualidade de Ensino, da Alfabetização, da Formação e Habilitação Profissional, do apetrechamento das escolas etc. (NETO, 2005, p. 193).

Os objetivos do Sistema Educacional angolano, segundo a Lei de Base Sistema de Ensino (2001) artigo 3º assentam-se nos seguintes:

- a) Desenvolver harmoniosamente as capacidades físicas, intelectuais, morais, cívicas, estéticas e laborais da jovem geração, de maneira contínua e

sistemática e elevar o seu nível científico, técnico e tecnológico, a fim de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país; Formar um indivíduo capaz de compreender os problemas nacionais, regionais e internacionais de forma crítica e construtiva para a sua participação ativa na vida social, à luz dos princípios democráticos;

- b) Promover o desenvolvimento da consciência pessoal e social dos indivíduos em geral e da jovem geração em particular, o respeito pelos valores e símbolos nacionais, pela dignidade humana, pela tolerância e cultura de paz, a unidade, a preservação do ambiente e a conseqüente melhoria da qualidade de vida;
- c) Fomentar o respeito devido aos outros indivíduos e aos superiores interesses da nação angolana na promoção do direito e respeito à vida, à liberdade e a integridade pessoal;
- d) Desenvolver o espírito de solidariedade entre os povos em atitude de respeito pela diferença de outrem, permitindo uma saudável integração no mundo. (ANGOLA-LBSE, 2001, pp. 2-3 APUD FRANCISCO, 2013, p. 67).

O Sistema de Educação angolano está estruturado da seguinte maneira: 6 subsistemas de ensino e 4 níveis de ensino. Os subsistemas de ensino correspondem: Educação pré-escolar; Ensino geral; Ensino técnico-profissional; Formação de professores; Educação de adultos; Ensino Superior. Níveis de ensino: Educação Pré-Escolar (Jardim de Infância e similares); Ensino primário (1.^a a 6.^a classe); Ensino Secundário (1.^o Ciclo – 7.^a a 9.^a classe, 2.^o Ciclo – 10.^a a 13.^a classe); Ensino Superior (Graduação e Pós-graduação).

Portanto, Michingi (2013), afirma que “o novo organograma engloba também a Educação extraescolar - Educação especial e Educação à distância”. As alterações efetuadas pela reforma em curso residem na requalificação do ensino secundário, dividido em dois ciclos, de quatro classes a seis classes passa o ensino primário, ou seja, a obrigatoriedade do ensino passa a ser de seis anos de escolaridade. (MICHINGI, 2013, P. 23).

2.1. REFORMA NO SISTEMA EDUCACIONAL ANGOLANO

De acordo com Zau (2013), o Sistema Educativo angolano teve sete reformas educativas:

A de 1845 (oficialização do ensino em Angola); 1906 (após a conferência de Berlim); a de 1927 (fim da primeira república portuguesa e o surgimento do Estado Novo); a de 1933 (na sequência da nova constituição da República Portuguesa); a de 1967 (decreto-Lei de 9 de Julho de 1964, em que o ensino primário passou a abranger o ciclo elementar, de 1.^a à 4.^a classe e o ciclo complementar, envolvendo a 5.^a e 6.^a classe); a de 1978 (a primeira do pós-independência, decorrente da 3.^a revisão constitucional); e a de 2001 (após a promulgação da Lei de Bases do Sistema de Educação. (ZAU, 2013, p. 1).

Como afirma (Nguluve) a ideia da aprovação da Lei n.º.13/01 de 31 de Dezembro de 2001, o fundamento legal das atividades da reforma educativa parte de uma mesa redonda realizada em 1993, sobre o anteprojeto de Lei de Bases do Sistema de Educação, que contou com a contribuição de pareceres que pudessem ajudar na criação do novo sistema de ensino. (NGULUVE, 2006, p. 116).

A reforma contava com 5 etapas, podendo uma coexistir com a outra. Para Nguluve (2006), a primeira fase, chamada de preparação começou em 2002 até 2012. A segunda fase, chamada experimentação começou dois anos mais tarde que a de experimentação, isto é, 2004 até 2010. A terceira fase, chamada de avaliação e correção, começou em 2010 até 2014. A quarta fase, chamada de generalização, começou em 2006 e terminou em 2011. A quinta e fase, que é da avaliação global, começou em 2012 e terminou em 2015. (NGULUVE, 2006, p. 134).

A primeira fase as principais atividades que se pretendia realizar visa a adequação do sistema de administração e gestão do ensino, organização e elaboração do novo currículo “perfis de saída, planos de estudos, programas de ensino e materiais pedagógicos. A segunda fase, consistia na aplicação ou experimentação do novo currículo somente em algumas instituições escolares em cada uma das 18 províncias do país. A terceira, consistia na experimentação e correção com base nos dados recolhidos durante a fase de experiência do novo Sistema de Educação essencialmente na adequação dos currículos. A quarta fase, consistia na generalização do novo Sistema Educacional e aplicação dos seus respectivos currículos em todo o país. A quinta fase, sua avaliação consistia na análise dos currículos, processos de ensino e aprendizagem, corpo docente e discente, administração e gestão dos recursos materiais. (Ministério da Educação, 2001. p. 29 Apud NGULUVE, 2006. p. 135)

A reforma visava também atender a política de educação para todos, proposta pela UNESCO com um dos objetivos do milénio (até 2015), e contribuir para melhoria do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). (NGULUVE, 2006, P. 116).

2.2. EDUCAÇÃO BÁSICA EM ANGOLA

De acordo com a Constituição da República de Angola no seu artigo 79.º diz que: “o Estado promove o acesso de todos à alfabetização, ao ensino, à cultura e ao desporto, estimulando a participação dos diversos agentes particulares na sua efetivação, nos termos da lei. Para isso, Francisco (2013), salienta que: “a educação é um direito fundamental de todos que favorece no desenvolvimento da personalidade humana e da própria dinâmica da sociedade em que o indivíduo está inserido”. (FRANCISCO, 2013, P. 19). Por outro lado, a Lei de Base do Sistema de Ensino destaca o seguinte:

A educação constitui um processo que visa preparar o indivíduo para as exigências da vida política, econômica e social do País e que se desenvolve na convivência humana, no círculo familiar, nas relações de trabalho, nas instituições de ensino e de investigação científico-técnica, nos órgãos de comunicação social, nas organizações comunitárias, nas organizações filantrópicas e religiosas e através de manifestações culturais e gimnodesportivas. (ANGOLA-LDB, 2001, p. 2).

Trata-se de um direito humano e, para que seja efetivado, os Estados são chamados a adotarem medidas legislativas, administrativas e políticas, de que todas as pessoas tenham acesso ao mesmo direito, independentemente da condição econômica, social e cultural. (FRANCISCO, 2013, p. 19).

Segundo Nsiangengo (1997, p. 85) afirma que, em Angola, o conceito de ensino básico foi introduzido de acordo a Reforma Educativa de 1978. Essa reforma, introduziu um novo modelo de ensino, sendo um dos subsistemas o ensino básico, chamado na literatura pedagógica nacional de ensino de base.

A educação básica em Angola, hoje é um direito gratuito para todo o cidadão e é obrigação do Estado, sobretudo para todas as crianças em idade escolar. Como apresenta “a Lei de Bases de Educação e Ensino - Lei n.º 17/16, de 7 de Outubro, no seu art.º 11, n.º 2. Artigo 12, n.º1 do capítulo II princípios gerais do sistema de Educação e Ensino [art. 5.º a 16.º]”.

Para Nguluve (2006) o ensino básico subdivide-se em educação regular, educação de jovens adultos e ensino especial. O ensino básico engloba o primeiro nível obrigatório 1ª. a 4ª. classe, dos 6 aos 9 anos de idades, o segundo nível 5ª. e 6ª. classe dos 10 aos 11 anos, e o terceiro nível 7ª. e 8ª. classe dos 12 aos 13 anos de idade”. (NGULUVE, 2006, p. 95).

Encontra-se ligada a este ensino básico uma classe preparatória (iniciação) que visa, em termos gerais, adaptar a criança ao ambiente escolar, prepará-la para maior interação com seus semelhantes e um desempenho na primeira classe. Diferente de outras classes, na iniciação não é obrigatório que as crianças passem por uma avaliação que vise reprovar aqueles que possivelmente não venham a adaptar-se devidamente ao ambiente escolar. Faz-se apenas acompanhamento da criança para que ela consiga reunir os requisitos a que esta classe se propõe uma fase de preparação para a primeira classe. (NGULUVE 2006, p. 96).

Por outro lado, Nguluve (2006) destaca que, “o desenvolvimento do ensino básico não segue o mesmo ritmo de crescimento, em todas as províncias, dadas as diferenças administrativas, e o nível de estabilidade política, social e econômica”.

Portanto, o Ministério da Educação (2004) afirma que, o objetivo que a educação básica procurava atingir era “a formação integral do cidadão, através de uma série de conhecimentos gerais, preparando o jovem para continuação de sua formação a nível médio e superior ou permitindo a aquisição de habilidades e saberes” necessários à convivência social e à sua inserção na vida ativa da sociedade. (NGULUVE, 2006. P. 95 APUD MINISTERIO DA EDUCAÇÃO, 2004. P. 19 VL. 5).

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO DESENVOLVIDAS NO PÓS-GUERRA CIVIL

Iniciaremos a seção definindo o conceito de política pública. Segundo Favani (2021) as políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais. (FAVENI, 2021, P.3).

Desta feita, o autor destaca que, “elaborar uma política pública significa definir quem decide o que, quando, com que consequências e para quem. São definições relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente”. (FAVENI, 2021, P.3).
Vejam as palavras do autor:

As políticas públicas tratam de recursos públicos diretamente ou através de renúncia fiscal (isenções), ou de regular relação que envolve interesses públicos. Elas se realizam num campo extremamente contraditório onde se entrecruzam interesses e visões de mundo conflitantes e onde os limites entre público e privado são de difícil demarcação. Logo, as políticas públicas, em sua generalidade, refletem os interesses da sociedade, sendo estabelecidas neste sentido. São legitimadas pelo Estado no cumprimento de seu dever de atender a sociedade como um todo, de forma universalizada. Tornam-se necessárias ações estratégicas que concretizam objetivos e atendem às reivindicações do povo. (FAVENI, 2021, p. 3).

No que diz respeito às políticas públicas no âmbito da educação, como destaca Ribeiro (2020) “são aquelas políticas ou programas criados pelos governos de modo a garantir o acesso à educação para todos os cidadãos. É através destas políticas que é possível elevar a qualidade de ensino no país”. (RIBEIRO, 2020).

Em diálogo com Ribeiro (2020) entendemos que, as políticas públicas voltadas para educação, servem de estratégias de médio a longo prazo, permitindo o melhoramento de ensino, aumentando o orçamento no sector educativo, construindo

mais estruturas e sedes de ensino, selecionando professores qualificados e experientes, e implementando novas dinâmicas e métodos de ensino na aprendizagem dos cidadãos etc. (RIBEIRO, 2020).

Para realizar o direito à educação, garantido pela Lei de Base do Sistema de Educação, o Governo angolano adotou a Estratégia Integradora para a Melhoria do Sistema de Educação (2001-2015). Ela representa a mais importante política pública no que se refere à implementação do direito à educação.

Ela está estruturada em quatro capítulos, a saber:

- A caracterização do Sistema Educativo;
- A Estratégia de Intervenção;
- A Gestão do Sistema;
- As Conclusões e as Recomendações Finais;

Assim sendo, a educação em Angola começou a ganhar novo rumo. Para Francisco (2013), “o fim da guerra civil deu ao Estado angolano a possibilidade de adotar políticas públicas destinadas à plena realização do direito à educação básica dentro de um prazo razoável”. (FRANCISCO, 2013, P. 73). Isso aconteceu com base a elaboração da Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação, cujo objetivo central era a garantia efetiva do direito à educação em todos os seus níveis, até o ano 2015.

De acordo com Francisco (2013, p. 78), a Estratégia Integrada para Melhoria do Sistema de Educação estabeleceu metas para o ensino em Angola de (2001-2015) que projetou para o ensino primário, cujo objetivos gerais eram:

- Alargar o acesso ao ensino de base regular, com previsão de uma taxa de escolarização de 100% no ano de 2015.
- Melhorar a qualidade de ensino.
- Estabelecer a formação de competência técnico-profissional.

Francisco (2013) ainda acrescenta dizendo que, o plano estratégico pressupõe três fases de atuação: Fase de Emergência (2001-2002); Fase de Aplicação dos Fundamentos do Novo Sistema (2002-2006); Fase de consolidação e Alargamento do Sistema (2006-2015).

Fase emergencial (2001-2002), “esta fase corresponde à realização de ações referentes às primeiras necessidades indispensáveis para reabilitação imediata do Sistema Educativo”. Estava proposto a construção de 250 escolas, para 120.000 alunos, distribuição de carteiras, materiais didáticos e recrutamento de 3.000 professores.

Fase de Aplicação dos Fundamentos do Novo Sistema (2002-2006), nessa fase, as prioridades estavam voltadas para Escolarização primária: acesso à educação formal primária entre as diferentes províncias; Reorganização e Gerência do Sistema; Reforma dos currículos.

Fase de Consolidação e Alargamento do Sistema (2006-2015), consistia em:

- Atingir a taxa real de 100% em 2015 dos alunos dentro do Sistema de Educação;
- A promoção das competências técnicas e profissionais com elemento fundamental para a reconstrução nacional;
- A introdução das línguas nacionais como recurso educativo;
- A reintegração de 1.200.000 alunos que se encontram fora do Sistema escolar devido a guerra;
- A oportunidade educativa de urgência aos grupos mais vulneráveis. (ANGOLA, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 2001, pp. 68-69 APUD FRANCISCO, 2013, P.80).

Portanto, encerramos essa seção entendendo que a Estratégia Integradora para a Melhoria do Sistema de Educação (2001-2015), teve um grande impacto na mudança e construção de uma nova face da Educação em Angola, visto que, essa educação estava saindo de um momento de muita turbulência social.

3. A QUALIDADE DE ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Segundo Francisco (2013), “a independência de 1975 carregou consigo a herança da colonização de um elevado índice de analfabetismo na ordem de 80% da população”. (FRANCISCO, 2013, P. 71).

Para combater o analfabetismo, Francisco (2013) afirma que:

O Partido Estado, publicou a lei nº 1/75 de 12 de Novembro, que cria o Ministério da Educação e Cultura. Competia ao MEC a responsabilidade de reformular o Sistema de Educação e Ensino da República popular de Angola, com base no socialismo como meta para alcançar o desenvolvimento social, e com a linha ideológica no marxismo-leninismo”. Ainda no mesmo ano, foi promulgada a Lei nº 4/75 de 9 de Dezembro, Lei da nacionalização do Ensino.

Com a implementação do diagnóstico em 1978/1986, o sistema educacional angolano necessitava de mais uma reforma, devido os vários aspectos negativos que surgiram no ensino escolar.

Para Nguluve (2016) as dificuldades eram “concernentes ao fraco aproveitamento escolar dos alunos, nos diferentes níveis de ensino e localidades do país, e do pouco preparo dos docentes que atuavam nas escolas”. Assim como a dada situação que o país se encontrava, no sector político, econômico, social e cultural, como também os recursos que o Estado angolano destinava no sector administrativo e de gestão que não respondia as necessidades do povo.

O diagnóstico apontava também as fraquezas do ensino básico como um dos fatores de estrangulamento do sistema de educação. Dentre essas fraquezas ressaltava-se que o Sistema de Educação sofria sobremaneira os efeitos da guerra e enfermava de profundas distorções nos seus principais dispositivos tais como:

Currículos, processo de ensino e aprendizagem, corpo docente, administração e gestão, e recursos materiais. O mesmo relatório do diagnóstico aponta ainda que as distorções deriva dos erros da concepção e implementação das mudanças (reformas) que pretendiam conduzir à extinção do Sistema de Ensino Colonial. (NGULUVE, 2006, P. 114).

Depois do cessar fogo declarado no dia 11 de novembro de 1975 pelos três movimentos de libertação de Angola, MPLA (Movimento Popular Para Libertação de Angola.), FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), UNITA (União Nacional Para Independência Total de Angola). Esses três movimentos depois da libertação de Angola do jugo colonial português, Pereira (2000) afirma que:

Houve a impossibilidade da criação de um só governo Angolano. Desta feita iniciou-se então uma guerra civil entre eles com participações de diferentes forças militares estrangeiras, como: Cuba, EUA, União Soviética, África do Sul e o antigo Zaire. Esta guerra teve como o vencedor o MPLA que assumiu o poder sozinho desde 1975 até os dias atuais. (PEREIRA, 2000. P.1)

Com o calar das armas e o fim do conflito armado, concretizado com a assinatura dos acordos de paz a 04 de abril de 2002¹, houve um rápido desenvolvimento na educação de um modo geral. No que concerne as infraestruturas, construiu-se novas escolas do ensino geral e Institutos Politécnicos em todas as províncias o que possibilita a formação profissional de muitos jovens. A respeito Victorino (2015) afirma que:

No período de 2001 a 2010, período de paz, construíram-se 34.580 novas salas de aulas que representa uma média/ano de 3.842 salas de aula construídas, o n.º de alunos matriculados no sistema de educação triplicou, passando de 2 milhões em 2001 a 6 milhões em 2010. O n.º de professores empregados passou de 58 000 em 2001 a 200 000 em 2010. No ensino superior registou-se a criação de 6 novas Universidades públicas em 2009, resultantes do redimensionamento da única universidade pública existente até então. A abertura do ensino superior ao sector privado possibilitou a criação de 22 Instituições de ensino Superior, tuteladas por entes privados. (VICTORINO, 2015, P.1)

De uma forma geral, o Ministério da Educação afirma que com base os dados de 1990 a 1998, houve uma pequena melhoria na educação básica, que passou de 45, 5% para 55% o número de alunos que frequentam as escolas em todo o país. Em contrapartida, os dados de 2005 apontam um resultado mais elevado de 63%, 4. Mas, mesmo assim o elevado número de analfabetismo afetou significativamente o desenvolvimento nacional no que concerne o número de crianças fora da escola.

Por outro lado, destacamos também um entrave que impossibilita a qualidade de ensino em Angola, para isso, Nguluve (2006) nos afirma que “quando o sistema de ensino é organizado a partir de uma estrutura hierárquica flexível e eficaz, do qual o professor pode, não apenas depender, em termos burocráticos, mas participar, criticar e surgir situações que visem à melhoria do ensino contribui para o enriquecimento da formação do docente”. (NGULUVE, 2006. P. 53).

¹ Acordos de paz assinados entre as duas partes em conflito, nomeadamente o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA). A assinatura dos acordos teve lugar em Bicesse, localidade portuguesa, no dia 30 de maio de 1991. (LIBERATO, 2014, P. 1023). Com o surgimento do multipartidarismo, havia necessidade de mudar o sistema de ensino que até então estava pautado na visão de partido único (MPLA) para dar lugar a outras perspectivas de tolerância, unidade nacional. (NGULUVE, 2006, p. 116).

Nguluve (2006) citando Melo (2003) destaca que:

No entanto é que “apesar das deficiências pedagógicas e culturais que afligem os nossos quadros docentes, cresceram desmesuradamente as chefias escolares: todos os professores são mais ou menos diretores ou coordenadores de qualquer coisa” na escola. Quando todos mandam, isto é, todos são “chefes” e querem permanecer neste cargo, não ocorrem mudanças suficientes sustentáveis para melhoria da atividade profissional. (MELO, 2003, P. 13 APUD NGULUVE, 2006, p. 53).

Para isso, Nguluve (2006) nos leva a refletir, sobre esses aspectos afirmando que “não se trata de defender a centralidade de poder administrativo escolar, mas a participação dos professores, nas atividades escolares, se dê de uma responsável, não se desligando por isso de sua formação continuada e atuação em sala de aula”.

O objetivo é tentar aumentar a eficiência que não há, a partir de um controle de responsabilidade pelo trabalho escolar. A questão é: quem orientar, quem determina numa escola onde todos mandam? Que medidas tomar para a melhoria da atividade escolar, das relações entre professores e da administração pedagógica? Os estudos, até agora são realizados, apontam para a necessidade de se buscar maior envolvimento de professores e coordenadores escolares para maior direcionamento das atividades escolares, assim como para um ordenamento pedagógico mais eficiente dos trabalhos na escola. (NGULUVE, 2006, p. 53).

Assim sendo, compreendemos que a qualidade de ensino em Angola já esteve no seu pior momento e, com a criação de estratégias e políticas públicas no âmbito educacional pretende-se superar a cada dia os desafios ainda existentes que tem limitado a qualidade de ensino em Angola.

3.1. FINANCIAMENTO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

O fraco financiamento na educação básica em Angola, tem vindo a condicionar a qualidade de ensino em todos os aspectos, os professores e gestores tem se visto prejudicado que de certa forma tem afetado no processo de ensino e aprendizagem do aluno.

Segundo Paxe (2014) o financiamento na educação pública é essencialmente garantido pelo Orçamento Geral do Estado que pela Lei do Orçamento (Lei n. 2/13) é “o principal instrumento da política econômica e financeira do Estado Angolano”. Destinado a financiar a educação, o orçamento para este fim é prioritariamente destinado ao Ministério da Educação que assume a natureza de unidade orçamental. (PAXE, 2014, P. 161).

Paxe (2014) acrescenta que “para além dos fundos do Estado, existem outras fontes de financiamento da educação pública. Por exemplo, as organizações não governamentais (ONGs) participam nos custos da educação de diferentes formas”. As suas ações nesse âmbito incidem essencialmente nas contribuições financeiras, construção ou reabilitação de infraestruturas escolares e apoio de material didático. (PAXE, 2014, P. 165).

As organizações internacionais como o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento são financiadores externos relevantes. As suas participações incidem sobre grandes projetos para o desenvolvimento do sistema de educação, com as ações de construção e reabilitação de escola, fornecimento de equipamento escolares, manuais escolares, e o reforço de capacidade institucional. Somados à estes organismos, instituições como as Agencias das Nações Unidas, instituições e/ou Programas de Desenvolvimento/Cooperação de países com os quais Angola mantém acordos dão o seu contributo no financiamento da educação. (PAXE, 2014, p. 166).

De acordo com Paxe (2014), “o modelo de financiamento de sistema de educação em Angola apresenta característica do modelo centralizado da Europa continental”. Neste modelo existe uma predominância do governo central na geração de fundos para educação. (BARROS, 1999 APUD PAXE, 2014, p. 165).

Para isso, Nguluve (2006) destaca que:

A Lei nº. 13/01 de 31 de Dezembro não esclarece o quanto deve ser destinado à educação ou à reforma educacional que se pretende realizar até o ano de 2015, isto é, a lei não traz um artigo que diz qual percentagem anual deve ser destinada ao ensino. O que é destinado à educação, assim como as outras áreas de saúde, agricultura, etc. depende da aprovação anual do Orçamento Geral do Estado. (NGULUVE, 2006, p.117).

Segundo Paxe (2014), o insucesso escolar nas políticas educativas é essencialmente abordado em três perspectivas, nomeadamente, a economicista, a dos direitos, e a pedagógica. No caso particular de Angola, o insucesso escolar é praticamente e só abordado na perspectiva economicista devido aos discursos e às agendas do governo apresentadas pelo governo e seus parceiros. O PNUD, neste relatório que vimos citando, destaque:

Taxas de repetência e abandono elevadas são sinónimo de desperdícios de recursos, e da permanência de jovens na escola, para além do tempo e com idades superiores ao desejável, ocupando espaços, professores e outros recursos educativos necessário para acolher anualmente os que procuram ingressar de novo no sistema. (PNUD, 1992, P. 36 APUD PAXE, 2014, p. 101).

Segundo o Art.1 do capítulo primeiro da Lei de Orçamento Geral do Estado para 2003, as receitas aprovadas para despesas, em todas as áreas do país, foram de 358 888 331 816, 00 kz (Kwanza) (Lei n.º. 2/03 de 07 de Janeiro).

De acordo com Art.1 o Orçamento Geral do Estado é “integrado pelos orçamentos dos órgãos da administração central e local do estado e pelos subsídios e transferências a realizar para os institutos públicos, serviços e fundos autônomos, empresas públicas e instituições de utilidade pública” (Diário da República 07/01/2003, p. 21 apud Nguluve, 2006, p. 120). Para o ano de 2004 as receitas aprovadas foram de 665.347.988.813,00 Kz (Lei n.º29/03 de 30 de dezembro) e para o ano de 2006 foram de 2.176.922.260.474,00 Kz (Lei n.º 17/05 de 30 de dezembro).

Francisco (2013) afirma que, “em 2002 o governo angolano investiu cerca de 5, 19% do seu orçamento para educação. Este investimento subiu em 2004 para 10,47% e até 2008 já rondava os 7,91%”. (FRANCISCO, 2013. P. 96).

Segundo o relatório da UNESCO de 2011, as despesas públicas para educação em Angola, no ano de 2010, correspondiam os 3,4% do Produto Interno Bruto (PIB) e 8,5% das despesas total do governo. Já o relatório do governo angolano, 10 anos de Paz: Angola 2002-2012 (2012, p. 50), ilustra que até 2012 verificou-se um aumento de percentagem do orçamento de Estado alocado à educação na ordem de 8,52%. Isso indica um progresso em termos orçamentais, mas não é suficiente, tendo em conta as reais necessidades do setor educativo. (FRANCISCO, 2013, P. 96).

A qualidade do ensino foi afetada com os insuficientes recursos disponibilizados para a formação e remuneração dos professores, para a construção e manutenção de infraestruturas escolares e o fornecimento de materiais didáticos e equipamentos escolares. (RELATÓRIO DE SEGMENTO DAS METAS DA CIMEIRA MUNDIAL PELA INFÂNCIA, 2000. P. 16).

Assim como Nguluve (2006, P. 97) afirma que, educação sem investimento adequado não permite avanço tecnológico, pesquisas inovadoras.

Não existem professores suficientes e muitos não têm uma formação adequada. O ânimo e empenhamento dos professores foram afetados pelo declínio do valor real dos seus salários. Investimentos insuficientes na construção e reabilitação de escolas forçaram as escolas a aplicarem turnos duplos ou até mesmo triplos. As condições de aprendizagem foram afetadas pela falta de materiais didáticos, equipamentos e mobiliário escolares e deficiências curriculares. (RELATÓRIO DE SEGMENTO DAS METAS DA CIMEIRA MUNDIAL PELA INFÂNCIA, 2000. P. 16).

Para Francisco (2013), de acordo com a Estratégia Integrada 2001-2015, a projeção de escolas para o ensino primário, na fase de emergência (2001-2015), está mais virada para as zonas rurais (150 escolas) em relação às zonas urbanas (100 escolas).

Isto pode ser um indicador positivo atendendo o grau de necessidade das zonas rurais. Por outro lado, prevê-se também a construção de 23.120 salas de aulas até 2010, embora a Estratégia Integrada não revele o número de salas de aulas quer nas zonas rurais como para as zonas urbanas até esta data (2010). Por outro lado, no que tange às condições mínimas das escolas a serem construídas, a referida Estratégia não prevê alguns elementos básicos como WC, quer para meninas como para rapazes. Entretanto, as escolas do ensino primário a serem construídas nas zonas rurais terão menos capacidades de acolhimento de alunos em relação às da zonas urbanas e não terão as mesmas condições que as do municípios, tais como: cafetaria e papelaria (cozinha, cantina e espaços para livros); tanques de água (elevado, enterrado, 30 m³ cada); terreno de jogos para basketbol e Voleibol. As escolas das zonas rurais não terão WC, mas latrinas. (ANGOLA-MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011, P. 150-153 APUD FRANCISCO, 2013, P.82)

Por outro lado, Nguluve (2006), “um dos problemas que afetou ou que tem afetado o aproveitamento escolar na educação básica, tem a ver com o elevado número de alunos na sala de aula que passava de quarenta” e por outro lado, a preparação dos docentes que não atendia a cada 100 alunos matriculados na 1^a classe apenas 30 concluem a 4^a classe e 15 a 6^a classe. (NGULUVE, 2006. P. 99).

Entretanto, o relatório do Ministério da Educação (2011, p. 59) aponta que em Angola, apenas 10% das escolas do país têm WC em boas condições com água corrente. Além disso, existe um elevado índice de infraestruturas precárias, muitas turmas (salas de aulas) ao ar livre, falta de água potável e energia elétrica nas escolas. Por outro lado, o relatório do UNICEF-Angola de 2010 reforça que nas escolas públicas, as crianças encontram superlotação crónica nas salas de aulas, existe um acesso débil à água e ao saneamento básico. (UNICEF-ANGOLA, 2010. P. 8 APUD FRANCISCO, 2013, P. 85).

Segundo o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN 2018-2022²) “o ensino primário conta com uma população estudantil que ultrapassa já os 5 milhões de alunos, registando-se uma taxa bruta de escolarização muito positiva”. (UNICEF-ANGOLA, 2018, P. 9).

² O PDN 2018-2022 menciona três programas de especial relevo transversal para o ensino pré-escolar, primário e secundário, a saber: Programa de Desenvolvimento da Educação Pré Escolar, Programa de Melhoria da Qualidade e Desenvolvimento do Ensino Primário e Programa de Desenvolvimento do Ensino Secundário Geral. Nenhum destes programas está presente no OGE de 2018. (UNICEF-ANGOLA, 2018, P. 11).

No entanto, o novo PDN salienta também que 60% das crianças que concluem o ensino primário não ingressam no ensino secundário. Assim sendo, persiste um atraso escolar significativo e elevados índices de reprovação. Tudo isto explica a situação de estrangulamento vivida por este subsistema. (UNICEF-ANGOLA, 2018, P. 9).

3.2. METODOLOGIA DE ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A metodologia de ensino em Angola tem suas características pautada na pedagogia tradicional comparado a “educação colonial jesuíta” que, coloca o professor no centro do saber fazendo dos alunos um depósito de conteúdo excessivo sem uma previa avaliação diagnóstica.

Para isso, Silva (2018) afirma que “a proposta de educação centrada no professor é de vigiar, aconselhar, corrigir, ensinar conteúdos, por meio de aulas expositivas e normas rígidas. Os alunos eram passivos e deviam aceitar tudo como verdade absoluta”. (LIBANEO, 1989, P. 21 APUD SILVA, 2018).

O aluno era visto como um papel em branco, no qual eram registrados as informações e o conhecimento. Na abordagem tradicional o aluno não possui cultura, família e conhecimentos prévios. Ele não significa nada até iniciar o processo escolar, processo que registrará e acumulará conhecimentos repassados. Cabe ao professor a decisão quanto aos conteúdos, metodologias e avaliações a serem realizadas.

Com base nisso, Silva (2018) afirma que “a educação se baseia nas técnicas específicas do sistema capitalista, preparando o aluno para atuar na sociedade trabalhista e competitiva”.

Assim sendo:

Papel da escola: Produzir indivíduos competentes para o mercado de trabalho. Papel do aluno: copiar bem, reproduzir o que instruído fielmente. Relação professor/aluno: o professor é o técnico e responsável pela eficiência do ensino e o aluno é o treinando. Conhecimento: experiência planejada, o conhecimento é o resultado da experiência. Metodologia: excessivo uso de técnica para atingir objetivos instrucionais, aprender-fazendo, cópia, repetição, treino. Conteúdos: baseados nos princípios científicos, manuais e métodos de auto-instrução. Vistos como verdades inquestionáveis. Avaliação: uso de vários instrumentos de medição mais pouco fundamentada, confiança apenas nas informações trazidas nos livros didáticos. (QUEIROZ: MOTA, 2007, P. 9 APUD SILVA, 2018, P.100).

Essas e outras questões são o reflexo da metodologia de ensino na educação básica em Angola. O ditado e a reprovação dos alunos tem sido um dos caminhos para o ensino e aprendizagem.

Por outro lado, Jacomini (2010) afirma que “no imaginário de muitos pais e alunos, a reprovação aparece diretamente vinculada a uma segunda e ‘garantida’ oportunidade de aprender. Acreditam também que a reprovação é uma medida importante para pressionar os alunos a estudar, contribuindo para o aprendizado”. (JACOMINI, 2010, P.899 APUD PAXE, 2014, P. 103).

Na perspectiva do trabalho pedagógico, a reprodução resulta de uma construção social incorporada na escola com a massificação da educação. Esta levou para escola uma nova natureza utentes que devido a vários fatores não se ajustaram às exigências e aos objetivos pré unilateralmente definidos sobre o que representava o aprendizado. Então, esses grupos, ao não reproduzirem nos moldes esperados o conteúdo passado pela escola, eram necessariamente catalogados de inaptos. Esse desajuste era derivado principalmente da língua de instrução que não era do domínio dos alunos e em muitos casos dos próprios professores, bem como na inaptidão dessa educação em relacionar o conteúdo da educação à realidade dos educando. Essa inaptidão implicava a reprovação e a conseqüente repetição da classe e os respetivos conteúdos na esperança de que o aluno os dominasse. Mas, Alavarse (2009) questiona sobre o benefício da reprovação dos alunos que a experimentam por ela não garantir nos marcos da pedagogia almejada recuperação ou incremento cognitivo. Por isso, a reprovação está mais para malefícios do que benefícios devido às “condições materiais precárias que se somam às crenças de seletividade e de punição que cercam os alunos submetidos a tais práticas. (ALAVARSE, 2009, P. 41 APUD PAXE, 2014, P. 102).

Na visão de Paxe (2014) sobre a reprovação no contexto angolano, afirma que: ao aceitarem a reprovação, nota-se a transferência automática da responsabilidade do aprendizado ao aluno, ou então para os pais e alunos. Esse pensamento historicamente construído apresenta a reprovação como um fator intrínseco ao processo de ensino e aprendizagem, e não como uma construção de uma determinada ordem social. (PAXE, 2014, P. 103)

Por outro lado, Paxe (2014) destaca que:

Complexo se torna ainda, quando nas práticas tradicionais africanas a reprovação não faz nem parte do imaginário, nem da realidade. Aos serem submetidos a várias experiências educativas, os membros da sociedade eram integrados e lhes eram atribuídas tarefas em função de sua habilidade e aptidão. Modelo de educação permitia que as aptidões reveladas definissem a integração tida sempre como mérito e não como alternativa devido a alguma inaptidão.

Assim sendo, Paxe (2014) destaca que, “com a chegada dos colonos europeus e seus modelo de educação, e com todos os equívocos e atos alienadores a eles atribuídos, reprovação, significando aptidão e inaptidão dos alunos (quando deveria ser a inaptidão do próprio sistema), foi inserida na construção social do progresso de ensino e aprendizagem”. (PAXE, 2014, P. 104).

Para isso, Paxe (2014) conclui que, a reprovação é um obstáculo à efetivação desse direito, e é isso que ela representa no processo de ensino e aprendizagem. Ela transforma a educação em um privilégio, por um lado, e por outro propicia a exclusão que não se limita à realidade escolar, mas também como uma marca social, uma vez, que a escolarização é condição de inserção social, definição de status e definição de papéis na cadeia de produção. (PAXE, 2014, P. 104)

Quanto a avaliação, Tortella e Alfredo (2013) destacam que:

A política de avaliação de aprendizagem da primeira reforma em Angola, diferencia-se da atual política, dentre outros aspectos, do ponto de vista da definição das modalidades, dos procedimentos de avaliação e responsabilização para a sua elaboração. Por exemplo, na primeira reforma eram as representações provinciais do MED que elaboravam os exames finais para as escolas, e as escolas podiam apenas produzir as avaliações e as provas que se realizam durante o período letivo. Classificam avaliações na escala de 0 a 20 valores sem atribuição de percentagem aos resultados que se obtivessem. (TORTELLA; ALFREDO, 2013, p. 249).

Para isso, Tortella e Alfredo (2013) afirmam que, quanto a atual reforma, implementada em 2004, a política de avaliação da aprendizagem confere às escolas a realização de todas as avaliações, inclusive os exames ou as provas finais, mas aos resultados das classificações obtidas, quer das avaliações realizadas ao longo do ano letivo, designada classificação atribuída pelo professor, quer de avaliação final do ano letivo, designada classificação da prova de escolas, atribui-se um valor percentual.

Ou seja, de 2004 a 2009, atribuíam-se à classificação feita pelo professor peso de 30%, e à classificação da prova de escola, peso 70%. Nos últimos meses de 2009, o MED apresentou o sistema de avaliação das aprendizagens revisto em que resultado das classificações obtidas ao longo do ano letivo tem 40% de peso e da prova de escola, 60% de peso. (TORTELLA; ALFREDO, 2013, p. 249).

Para Luckesi (1998) a essência da prática da avaliação da aprendizagem, só se torna aplausível quando o seu objetivo estiver centralizado na aprendizagem do educando, para isso o docente deve se empenhar para que o aluno seja capaz de absorver o que está sendo explicado. (LUCKESI, 1998 APUD FAVENI, 2021, p. 3).

Afirma Libâneo (1994) “a avaliação é uma tarefa complexa que não se resume à realização de provas e atribuição de notas”. O resultado da prova não aponta exatamente o que o educando sabe ou não, pois devemos cogitar a hipótese de que no dia da prova o aluno esteja passando ou passou por algum problema emocional que dificultou a sua concentração. (LIBÃNEO, 1994 APUD LIMA, 2017)

Avaliar um educando implica, antes de mais nada, acolhê-lo no seu ser e no seu modo de ser, como está, para, a partir daí, decidir o que fazer. A disposição de

acolher está no sujeito do avaliador, e não no objeto da avaliação. (LUCKESI, 2000, P.2 APUD FAVENI, 2021, P.3).

Assim sendo, a avaliação escolar é fundamental sobre os rumos do sistema de ensino, além de auxiliar o trabalho do professor, o permite conhecer seus alunos e encontrar quais são suas dificuldades. É um mecanismo que permite definir as prioridades sobre os resultados encontrados, direcionando sua prática para um ensino de qualidade na busca do desenvolvimento dos educandos. (FAVENI, 2021, P. 4).

Para isso, precisamos entender e compreender quais às avaliações devem ser aplicadas no contexto em que a sala de aula se encontra. De acordo com Faveni (2021) existem quatro tipos de avaliação: Diagnóstica, Somativa, Mediadora e Formativa.

De acordo com a política de avaliação da aprendizagem, a avaliação formativa, também designada como avaliação contínua ou sistemática, é a que realiza ao longo do processo de ensino e aprendizagem. É a avaliação de acompanhamento da aprendizagem permanente com vistas a proporcionar ambiente de interação entre os professores e os alunos no processo de ensino e aprendizagem. Por meio dessa avaliação o professor afere o aproveitamento do aluno classificando-o de forma numérica, diária, semanal e mensalmente (ANGOLA, 2005ª APUD TORTELLA; ALFREDO, 2013, P 250).

Desta feita, a metodologia de ensino na educação básica em Angola, carece de mais aperfeiçoamento, tendo em conta a sua grande importância na contribuição das práticas pedagógicas que tem como objetivo auxiliar os alunos no processo de ensino e aprendizagem.

3.3. O PROCESSO DE FORMAÇÃO, INSERÇÃO E ATUAÇÃO DOS DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÓS-GUERRA CIVIL

Em Angola, a discussão sobre a formação de professores e a sua atuação, tem provocado inúmeras problemáticas, tudo pelo elevado número de analfabetismo, como também o nível de formação de professores devido a guerra civil que assolou aquele país.

Segundo Paxe (2014), a quantidade e a qualidade dos professores para servirem o sistema de educação em Angola, com advento da independência, constituíram-se também num enorme desafio para autoridades do país.

Durante o período colonial, a maior parte dos professores com qualificações adequadas, como os anos de escolaridade e formação no magistério, era de origem europeia e concentrava-se nos principais centros urbanos. Os nativos eram, em regra, professores para escolas “indígenas”, possuindo apenas 4.^a classe como grau de escolaridade e formação pedagógica adequada à escola rural, formação esta que não munia os professores nativos com necessários competências, conhecimentos e experiências para a condução de um processo de ensino e aprendizagem que promovesse o aprendizado efetivo dos alunos a eles submetidos. O cenário é agravado, primeiro, pela transição política do país, que provocou a saída de Angola de milhares de cidadãos de origem europeia que serviam o sistema de educação; depois, pelas diferenças políticas entre os três movimentos de libertação, que provocaram a saída de Angola, de uns, e do não regresso a Angola, de outros, cidadãos com qualificações para servirem, não apenas no sistema de educação, mas no sistema administrativo do Estado em geral. (PAXE, 2014, P. 105).

Nos princípios de base para reformulação do sistema de educação definido pelo Congresso do MPLA de 1977 inclui-se também a formação de professores. Defende-se que a formação de professores era decisiva para a reformulação do sistema de educação.

Para Paxe (2014) destaca que, para o efeito, os professores deveriam ser:

Formados dentro da ideologia marxista-leninista. Os professores [teriam] a de entender perfeitamente o que é educação socialista, coletiva e livre para que [pudessem] aplicá-la na prática. Os professores [teriam] de estar consciente do papel da vanguarda a que são destinados, como promotores da criação dum HOMEM NOVO, como ativistas da transformação, ao nível de superestrutura das relações sociais (ANGOLA, 1997, P. 76 APUD PAXE, 2014, P. 106).

Por outro lado, Paxe (2014) destaca que “a formação desses professores respeitaria duas etapas. A etapa normal seria a implantação de institutos de educação de nível médio para a formação de professores para servirem no ensino de base, lecionando essencialmente nas 4 primeiras classes, para além dos institutos superiores de educação”. Com a perspectiva de curto e médio prazo, pensou-se os *Cursos de formação acelerada, os Cursos de superação permanente e os Cursos de Requalificação*. (PAXE, 2014, P. 106).

Os cursos de formação acelerada destinavam-se a formação de professores para as primeiras 4 classes do ensino de base. Os mesmo cursos teriam a duração de 20 semanas e os candidatos deveriam ter com habilitações literárias 6 classe. Por sua vez, os cursos de superação permanente destinavam-se a habilitar os antigos monitores escolares, professores de posto, os professores primários eventuais e os professores do ensino secundário do sistema colonial. E os cursos de requalificação destinavam-se a elevar o político e pedagógico dos professores primários diplomados, habilitando-os para lecionarem as 4 primeiras classes do ensino de base e outras (uma ou duas) disciplinas das últimas 4 classes desse nível de ensino. (PAXE, 2014, P.106).

Para Ferry (1983), a formação significa um processo de desenvolvimento individual destinado a adquirir ou aperfeiçoar capacidades. Na perspectiva do autor, a formação de professores diferencia-se de outras atividades de formação em três dimensões: “Em primeiro lugar trata-se de uma formação dupla, onde se tem de combinar a formação académica com a formação pedagógica. Em segundo lugar, a formação de professores é um tipo de formação profissional, quer dizer, forma profissional, e em terceiro lugar, a formação de professores é uma formação de formadores”.

Desta feita, Flores (2003) destaca que:

A formação de professores constitui um processo que implica uma reflexão permanente sobre a natureza, os objetivos e as lógicas que presidem à sua concepção, organização e operacionalização. Por outras palavras, falar de formação de professores implica falar da forma como se encara o ensino e refletir sobre o que significa ser professor num determinado contexto. (FLORES 2003, P. 127).

Para isso, Nguluve (2006, p. 51) nos chama atenção que: “quando se estrutura uma política educacional, além de se pensar em questões ligadas às infraestruturas, aos conteúdos e aos meios financeiros pensa-se também no corpo docente, isto é, na formação de professores aqueles que irão executar e fazer valer tal política educacional”.

No caso de Angola, a formação inicial de professores também é feita pelos institutos superiores de educação, mas ainda existe a tendência para que a formação inicial de professores seja realizada pelos institutos médios normais de educação (IMNE), por conta da grande demanda populacional e procura de qualificação profissional. Segundo o relatório do INIDE (2003), embora a Lei de Bases n. 13/01, de 31 de dezembro, do sistema da educação determine que a formação de professores de todo ensino secundário venha a ser feita pelo ensino superior, tudo indica que, os professores do 1º ciclo do ensino secundário sejam ainda formados pelos institutos médios normais de educação (ponto 1 do Artigo 25º). Com a reforma educativa, que começou a ser implementada no ano de 2002, logo após a sua aprovação, pelo conselho de ministros, um ano antes, primeiro em fase de experimentação, agora em fase de generalização por todo país, inicia-se um processo de busca de qualidade de ensino e de elevação de exigência a formação inicial de professores. (CHIMUCO; PACHECO).

Um das questões que não poderia deixar de mencionar é a relação entre a formação do professor e a situação política de guerra, isto é, a visão que se procurou passar aos professores (e se reproduz, de alguma forma, no ensino), como forma de garantir a justificativa do seu estado (o pouco avança no nível de formação),

apontando a guerra, desligada de seus autores, e o colonialismo português como fatores determinantes desta situação. (NGULUVE, 2006, P.54).

Para tal é fundamental, que alguns aspetos ligados à formação e atuação dos professores sejam observadas: *Reconhecer o trabalho do professor*, isto é, valorizar o papel do professor e seu estatuto na sociedade angolana, pois com isso, se permite maior contribuição no progresso social, no esforço da compreensão mútua entre os angolanos, na criação e desenvolvimento do espírito crítico; *Formação continuada*, este é fundamental na medida em que contribui para o aumento contínuo do nível acadêmico do professor, da sua competência e motivação e melhora o seu estado social. Além disso, a formação continuada permite a atualização dos conhecimentos, novas experiências e uso da tecnologia; Trabalho coletivo (*metas pedagógicas de cada escola*), em toda a vida profissional, cada vez mais, tem se tornado importante o trabalho em equipe. O trabalho de professor ainda que, em grande parte, pareça solitário, na medida em que cada um tem sua disciplina e seu programa, é indispensável a cooperação entre professores de diversas disciplinas para se tratar de temas mais abrangentes ligados diretamente ao quotidiano do aluno e aos problemas da sociedade. (NGULUVE, 2006, P.55).

Segundo Nguluve (2006) destaca que, a formação do professor, uma vez que ela não é alheia à política vigente no país, justamente por ser pensada a partir de uma estrutura fixa, encontra vários obstáculos, e estes repercutem no trabalho desenvolvido.

Desta feita, Nguluve (2006) declara que:

Outro problema também patente, que se notou durante os anos que sucederam a independência, é o da não elevação contínua (formação continuada) do nível acadêmico do professor. A formação pedagógica dos professores, segundo Peterson (2003), limitou-se, praticamente ao treinamento das técnicas de ensino, formas de transmissão do conteúdo sem, no entanto, haver um domínio e conhecimento exato daquilo que deveria ser ensinado. Esta situação, registrada durante vários anos, ainda continua no ensino básico, sobretudo nas províncias ou localidades mais afastadas das cidades. (NGULUVE, 2006, P. 53).

4. AS DIFICULDADES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Francisco (2013) citando Ministério da Educação (2011), destaca algumas das dificuldades do corpo docente que tem influenciado negativamente o sistema de ensino.

- Três quarto do corpo docente das escolas primária são possuidores de apenas 8 anos de escolarização e apresentam baixa qualificação;
- Os professores não cumprem os Programas de ensino por não possuírem conhecimentos básicos sólidos;
- Os professores têm dificuldades na planificação de aulas, principalmente, na determinação dos objetivos específicos devido ao fato dos programas serem bem substituídos pelas dosificações;
- A maioria dos professores apresentam grandes dificuldades em trabalharem com os métodos participativos que implicam a avaliação formativa;
- Os professores apresentam fraca formação de base, relativamente às metodologias de ensino de algumas disciplinas como Educação Musical, Educação Física, Educação Manual Plástica (ANGOLA - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011, P.59 APUD FRANCISCO, 2013, P.88).

Segundo Francisco (2013), estas debilidades resultam das lacunas que vem se verificando na formação dos próprios professores do ensino primário, pelo fato das escolas de Formação de Professores do Ensino Primário apresentarem sérios problemas como:

- Inexistência de manuais específicos para todas as disciplinas constantes no Plano de Estudo.
- Inadequação das estruturas físicas da Escola de Formação de Professores do Ensino em relação ao Plano de Estudo.
- Falta de laboratórios em alguns casos e noutros falta de apetrechamento.
- Falta de formação laboral.
- Falta de professores para algumas disciplinas, tais como: Expressão Plástica, Expressão Motora, Expressão Musical, Análise Sociológica e Administração e Gestão Escolar, Teoria da Educação e Desenvolvimento Curricular, Línguas Nacionais.

- Professores em algumas disciplinas, a lecionar sem formação específica e ou formação pedagógica.
- Falta de acompanhamento periódico aos professores, principalmente os recém-formados, por parte dos diretores, subdiretores pedagógicos, coordenadores de disciplinas.
- Elevado rácio professor-aluno por turma.
- Insuficiente número de salas de aulas (ANGOLA – MINISTERIO DA EDUCAÇÃO, 2011, P. 61-62 APUD FRANCISCO, 2013, p. 88).

Ainda Paxe (2014), afirma que, um outro fator que influencia a qualidade do trabalho desenvolvido pelos professores são as condições das escolas nas quais desenvolvem este trabalho. A maior parte das escolas existentes neste período estava degradada devido, por um lado, à falta de fundos para sua reabilitação e, por outro, à intensa utilização dos espaços escolares.

A intensa utilização é devido à existência de três turnos que funcionavam na escola. Essa intensa utilização para além do desgaste da estrutura e do equipamento das salas de aulas reduziu consideravelmente o número médio de horas de aulas de 4,5 horas para 2,5 horas por dia. (ANGOLA, 2004c, P. 32 APUD PAXE, 2014, P.106).

Diante dessa situação, percebemos as dificuldades que muitos professores vivem no seu cotidiano, no que concerne à formação e aperfeiçoamento das práticas educacionais. Logo, acreditamos que, essas dificuldades têm contribuído no fraco desenvolvimento do corpo docente na educação em Angola.

4.1. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A SOCIEDADE

Ngulube (2006) nos leva a entender que, “a questão da fome, pobreza, exclusão social e da presença de crianças nas ruas, resultado da guerra civil” são temáticas que devem ser debatidas na formação de professores, de modo a participação dos professores na inclusão social.

Assim sendo:

À medida em que a separação entre a sala de aula e o mundo exterior se torna menos rígida os professores devem também esforçar-se por prolongar o processo educativo para fora da instituição escolar, organizando experiências de aprendizagem praticadas no exterior e, em termos de conteúdo, estabelecendo ligação entre as matérias ensinadas e a vida quotidiana dos alunos (DELORS, 2001, P. 154 APUD NGULUVU, 2006, P. 58).

Pistrak (1881) compreende que para transformar a escola e para colocá-la a serviço da transformação social não basta alterar os conteúdos nela ensinados. É preciso mudar a prática educativa, a estrutura de organização e funcionamento da escola, tornando-a coerente com os objetivos de formação de um cidadão capaz de participar ativamente no processo de construção da sociedade. (PISTRAK, 1881 APUD NGULUVE, 2006, P.51).

Os princípios apontados por Pistrak (1881) para nortear a atividade de professores são: “saber lutar e saber construir. E a escola do trabalho tem como grandes fundamentos as relações da escola com a realidade atual e a auto-organização dos estudantes”.

Nguluve (2006) em diálogo com Pistrak (1881), analisando a realidade angolana afirma que, partindo da abordagem de Pistrak (181) para o nosso contexto em pauta, “podemos dizer que a estabilidade e o desenvolvimento do processo educacional dependem não somente do ideário político vigente no discurso dos governantes, mas das relações de gestão pedagógica e poder estabelecidas e, sobretudo, dos interesses e objetivos que se pretendem alcançar ao longo a curto prazo com a educação”. (NGULUVE, 2006, P.52).

O nível de formação de professores durante os últimos trinta anos era na sua maioria a oitava classe ou ensino médio (técnico médio de professor). E ainda em nossos dias parece continuar a mesma situação pois, o Ministério da Educação (2001) tem apresentado dados que comprovam a falta de professores qualificados para as atividades de ensino escolar. Como por exemplo coloca-se aqui o número de professores registrados, de 42.135, em 1998, para as atividades de ensino, sendo que a maioria, segundo o Ministério da Educação (2001), não possui os requisitos necessários (formação) para poderem atuar no ensino fundamental (primeira à oitava classe). (NGULUVE, 2006, P. 52).

Assim sendo, o trabalho docente reflete a realidade sociocultural e político em que faz parte, por isso, a formação de professores deve ser repensado do ponto de vista pedagógico afim de contribuir positivamente no ensino e aprendizagem dos alunos e no avanço do ensino em Angola.

4.2. O PROFESSOR E AS SUAS ATIVIDADES

Por outro lado, Nguluve (2006) afirma que “de acordo com o Ministério da Educação (2001), para que um professor exerça suas atividades de ensino na

iniciação e primeiro nível deve, necessariamente, possuir o ensino médio (normal ou técnico) completo”.

Assim sendo, as contratações de professores não qualificados, segundo o Ministério da Educação (2008) “estão ligados ao anseio da população em ingressar no sistema formal de ensino no pós-guerra, aumentando significativamente a demanda, dificuldades a contratação de docentes com a qualificação desejada pelo Ministério da Educação”.

Como consequências, a admissão de professores sem qualificação acadêmica e pedagógicas necessárias ao exercício da docência, a superlotação das turmas (mais de 40 alunos) e o retorno aos horários triplos/diurnos em províncias onde já funcionavam dois turnos diários (ANGOLA- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2008, P.8 APUD FRANCISCO, 2013, P. 87).

Para atenuar a situação, o Ministério da Educação e parceiros levaram a cabo ações de capacitação pedagógica. Entretanto, fazem parte os projetos PLANCAD em parceria com o UNICEF, o projeto de formação continuada de professores primários, financiado pela União Europeia, o projeto de formação de professores da Organização não governamental Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo (ADPP) e o projeto de capacitação de agentes de ensino. (FRANCISCO, 2013, P. 87).

Até 2002, o número de efetivos na educação estava em 83.610, dos quais 7.472 novos docentes. Em 2003 foram recrutados 29.184 novos docentes em todo o país. Já no ano de 2005, entraram para docência mais de 16.343 professores. Em 2006 o universo de docentes em Angola já rondava os 150.758 efetivos, o que significa que em apenas quatro anos verificou-se aumento de 67.157 docentes efetivos. Em 2007, foram admitidos 17.231 novos docentes, elevando-se para 167.989 professores efetivos a lecionar para cerca de 5.398.288 estudantes. Para 2008, já existiam 179.928 efetivos, dos quais 11.939 novos docentes. (ANGOLA-MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2008, P. 8-9 APUD FRANCISCO, 2013, P. 86).

Entretanto, em 2010 o relatório do governo angolano, intitulado, *10 anos de paz: Angola 2002-2012*, aponta que de 2002-2010 o corpo docente em Angola registrou uma taxa média de crescimento na ordem dos 14,54%. O referido documento acrescenta que, até 2010, o país contava com 200.698 professores do Ensino Geral não universitário. (FRANCISCO, 2013, P. 87).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Angola ainda existem inúmeras crianças fora do sistema educacional, ao ponto de serem maior em quantidade, em relação àqueles que se encontram dentro das salas de aulas, muitos por causa das instituições não apresentarem estruturas e estratégias para alcançar tal objetivos propostos e outros por falta da situação econômica que o país está vivendo. Assim, o sistema educacional em Angola está sendo reformulado porque já não satisfaz as necessidades nacionais devido a realidade sociopolítica daquele país.

Cabe ao Estado angolano juntamente com o Ministério da Educação, criarem políticas públicas de modo a facilitar o acesso à educação básica dessas crianças. Quando as crianças tiverem acesso ao sistema de ensino, é responsabilidade do Estado assegurar a permanência das crianças nas escolas, promover a saúde e material escolar. Precisa-se criar condições dignas dessas crianças dentro e fora das escolas.

Durante esse estudo, foi possível Constatar que algumas políticas públicas criadas para o desenvolvimento do setor educacional não foram implementadas satisfatoriamente para o crescimento no setor educacional de Angola no pós-guerra civil. Percebeu-se também que, o fraco financiamento na educação dificultam a qualidade de ensino, assim como a formação de professores e sua inserção no mercado de trabalho.

Para isso, é preciso dar especial atenção ao direito fundamental à educação das crianças no ensino básico. Investir recursos de maneira a fornecer uma educação de qualidade, equipar salas de aula, capacitar professores, aumentar o número de escolas nos locais onde há excesso de alunos.

REFERÊNCIAS

- BUMBA. António Maria. **Políticas Educacionais e Curriculares do Estado Angolano**. Revista África(s), v. 03, n. 06, p. 36-58, jul./dez. 2016.wwrw
- GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4.ed.-São Paulo: Atlas,2002.
- LIBERATO. Ermelinda. **Avanços e Retrocessos da Educação em Angola**. Universidade Agostinho Neto, Luanda, Angola. Revista Brasileira de Educação v. 19 n. 59 out. Dez. 2014.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (ORG.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 31 ed. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 79-107.
- MICHINGI. Kezita Manuela Marcos. **As Controvérsias da Reforma Educativa em Angola: Uma Análise Crítica das percepções dos professores do 1º ciclo do Ensino Primário**. Junho. 2013.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2001): **Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação (2001-2015)**, Luanda Editorial Nzila.
- Orçamento Geral do Estado-OGE**. Educação. 2018.
- RICHARDSON. Roberto Jarry. **PESQUISA SOCIAL: Métodos e Técnicas/ Roberto Jarry Richardson - 3.ª Edição**, Revista Ampliada. 2012.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. Ver e atual, São Paulo: Cortez, 2007.
- VICTORINO. Samuel Carlos. O Papel da Educação na Reconstrução Nacional da República de Angola. Angola Arquivado 13 de junho de 2015, no [Wayback Machine](#). - **Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária**. IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio sociopolítico. Brasília, v.17, n.1, jun., 2012.
- ZAU. Filipe. **Educação em Angola: novos trilhos para o desenvolvimento**. Luanda: Movilivros, 2009.